

COM BASE NO EDITAL Nº 01/2026



MP-ES

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO

AGENTE TÉCNICO
ASSISTENTE SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Legislação e Código de Ética do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





MP-ES

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO

AGENTE TÉCNICO - ASSISTENTE SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO Nº 01/2026

CÓD: OP-057MR-26
7908403589814

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: Gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna	9
2. Semântica: Sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	13
3. Emprego de tempos e modos dos verbos na língua portuguesa; mecanismos de flexão dos nomes e verbos	15
4. Morfologia: Reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais.....	18
5. Processos de formação palavras.....	25
6. Sintaxe: Frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação.....	28
7. Concordância nominal e verbal	30
8. Transitividade e regência de nomes e verbos.....	32
9. Padrões gerais de colocação pronominal na língua portuguesa.....	33
10. Mecanismos de coesão textual.....	35
11. Ortografia.....	36
12. Acentuação gráfica.....	38
13. Emprego do sinal indicativo de crase.....	39
14. Pontuação	40
15. Estilística: Figuras de linguagem	41
16. Reescritura de frases: Substituição, deslocamento, paralelismo	45
17. Variação linguística	46
18. Norma padrão.....	47

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Conjuntos e suas operações, diagramas	53
2. Números inteiros, racionais e reais e suas operações	56
3. Porcentagem.....	62
4. Proporcionalidade direta e inversa	64
5. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo	66
6. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. formação de conceitos, discriminação de elementos. Proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados ...	69
7. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal	82
8. Raciocínio matemático.....	86
9. Raciocínio sequencial, reconhecimento de padrões, orientação espacial e temporal	91
10. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.....	94
11. Problemas de lógica e raciocínio.....	97
12. Problemas de contagem	99
13. Noções de probabilidade	102
14. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área	104
15. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão.....	112

Legislação e Código de Ética do Ministério Público do Estado do Espírito Santo

1. Lei Orgânica do MPES - Lei Complementar Estadual nº 95/1997 (Título I - Da Organização e Atribuições do Ministério Público. Capítulo I - Das Disposições Gerais; Capítulo II – Da Organização do Ministério Público)	121
2. Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989 (Título I - Do Estado do Espírito Santo e seu Território; Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Administração Da Justiça, Seção I - Do Ministério Público).....	122
3. Lei Estadual nº 7233/2002 (Dá nova redação ao plano de carreiras e vencimentos dos servidores administrativos do Ministério Público).....	126
4. Lei nº 13709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD)	132
5. Portaria PGJ nº 897/2023 (Institui a Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais no MPES).....	146
6. Código de Ética do MP (Resolução CNMP nº 261/2023)	149
7. Portaria nº 8565/2017 (Dispõe sobre a estratégia institucional e seu modelo de governança no âmbito do Ministério Público do Estado do Espírito Santo)	152
8. Planejamento Estratégico 2024-2032 do MPES.....	156
9. O Ministério Público brasileiro e a promoção dos ODS da Agenda 2030	157
10. Regimento Interno da Estrutura Organizacional do MPES (Resolução nº 12/2012)	158

Conhecimentos Específicos Agente Técnico - Assistente Social

1. Fundamentos do Serviço Social: históricos, teóricos e metodológicos.....	195
2. Contextualização da Questão Social no Brasil.....	198
3. História do Serviço Social; Da institucionalização do Serviço Social ao movimento de reconceitualização na América Latina, em particular no Brasil.....	201
4. Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão em seus distintos contextos históricos.....	202
5. O Serviço Social na contemporaneidade: demandas e respostas; Redimensionamento da profissão ante as transformações societárias: condições e relações de trabalho e espaços sócio-ocupacionais.....	205
6. O trabalho do Serviço Social e suas dimensões ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa e críticoinvestigativa	208
7. Direitos Sociais e Competências Profissionais	210
8. Legislação e Direitos Sociais: Constituição da República Federativa do Brasil (do Art. 1º ao 7º, do Art. 194 ao 204)	213
9. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742/1993).....	225
10. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Direitos fundamentais da criança e do adolescente.....	236
11. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 7.050/2002): consolida as normas estaduais relativas às pessoas com deficiência (PcD)	275
12. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003)	288
13. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)	299
14. Política Nacional de Assistência Social (PNAS).....	306
15. Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Estado do Espírito Santo (Lei nº 9.966/2012) e suas alterações.....	311

 ÍNDICE

16. Plano Estadual de Assistência Social (Peas) 2024-2027	318
17. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social	319
18. Concepções e debates sobre instrumentos e técnicas	322
19. Estudo social, perícia social, relatório social, laudo social, parecer social.....	323
20. Atuação em equipe multiprofissional e interdisciplinar; Entrevista, visita domiciliar, visita institucional, reunião, mobilização social, trabalho em rede, ação socioeducativa com indivíduos, grupos e família, abordagens individual e coletiva.....	326
21. A dimensão investigativa, processos de planejamento e de intervenção profissional	329
22. O Serviço Social e a intervenção junto à família em suas diversas dimensões	330
23. Conceitos, historicidade e configurações contemporâneas; perspectivas jurídicas da família; violência intrafamiliar	332
24. Sistema de proteção social e o papel das políticas públicas no âmbito de intervenção e operacionalização do Serviço Social.....	335
25. Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.....	337
26. O Serviço Social e o atendimento à Infância e à adolescência.....	340
27. Medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente	343
28. Colocação em família substituta - guarda-tutela-adoção	344
29. Convivência Familiar e Comunitária.....	344
30. Acolhimento Institucional e Familiar	344
31. Violência contra crianças e adolescentes	345
32. Adolescentes em Conflito com a Lei	347
33. Medidas socioeducativas.....	350
34. O papel dos conselhos, dos centros de defesa e das delegacias	351
35. Exploração sexual de crianças e adolescentes; Trabalho infantil; Questão Social e Saúde.....	354
36. Reforma Sanitária e políticas de saúde no Brasil	357
37. Serviço Social e Saúde: estratégias de intervenção	360
38. Serviço Social e Reforma Psiquiátrica	362
39. Sistema Único de Saúde.....	365
40. Reforma Sanitária e os desafios para a saúde pública no Brasil	366
41. Política sobre drogas e redução de danos	370
42. Direitos Humanos: Atendimento destinado à garantia dos direitos da população em situação de vulnerabilidade social: população indígena; quilombolas; ribeirinha; cigana; crianças e adolescentes; mulheres; grupos LGBTQIAPN+; pessoas com deficiência (PcD); negros; pessoas idosas; população em situação de rua; pessoas vivendo com HIV; usuários dos serviços de saúde mental; pessoas com uso ou dependência de álcool/outras drogas e respectivas legislações	374
43. Atuação com famílias.....	377
44. Relações raciais e intergeracionais	379
45. Atuação do Assistente Social no Ministério Público	381
46. Elaboração de laudos, pareceres e estudos sociais	383
47. Acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade	387
48. Mediação e articulação interinstitucional (CRAS, CREAS, conselhos tutelares etc.).....	387
49. Atendimento a vítimas de violência, de violação de direitos e em situação de risco	390
50. Atuação do Assistente Social no campo sociojurídico	393
51. Os espaços sócio-ocupacionais.....	396

ÍNDICE

52. Interface do sociojurídico com as políticas públicas	399
53. O projeto ético-político do Serviço Social; Construção e desafios	402
54. Fundamentos éticos, ética profissional e legislação específica: Lei de regulamentação da profissão, Código de Ética profissional do Assistente Social	404
55. Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)	417
56. Sigilo profissional, compromisso ético e responsabilidade técnica	418

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO); INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

A classificação dos textos em tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão dos processos de produção e interpretação textual. Esses dois conceitos, apesar de relacionados, possuem diferenças importantes.

Os tipos textuais se referem à forma como o texto é estruturado, isto é, à sequência linguística predominante, como narração, descrição ou dissertação. Já os gêneros textuais estão ligados ao contexto social e às funções comunicativas dos textos, como carta, notícia ou crônica.

A distinção entre esses conceitos é importante não apenas para o entendimento teórico da língua, mas também para a prática de leitura e escrita. Saber identificar o tipo e o gênero de um texto ajuda o leitor a compreender melhor suas intenções, assim como auxilia o produtor textual a escolher a estrutura e o estilo mais apropriados para alcançar seu objetivo comunicativo.

Nos últimos anos, a crescente diversidade de práticas sociais e a evolução das formas de comunicação, especialmente com o avanço das tecnologias digitais, têm provocado mudanças na forma como os gêneros textuais são usados e entendidos.

TIPOS TEXTUAIS

Os tipos textuais referem-se à organização interna dos textos, ou seja, à maneira como a informação é estruturada linguisticamente. São estruturas formais que determinam como as ideias serão apresentadas, independentemente do contexto social ou do propósito comunicativo.

Existem cinco principais tipos textuais amplamente reconhecidos na linguística: narração, descrição, dissertação, exposição e injunção. Cada um desses tipos possui características próprias que guiam a produção e a interpretação dos textos.

► Narração

A narração é o tipo textual que conta uma história, relatando eventos ou ações em sequência. Nessa estrutura, os fatos são geralmente organizados em uma ordem cronológica, e há a presença de personagens, um ambiente (espaço) e um tempo definidos. O enredo, que é a sequência dos acontecimentos, é fundamental para a construção do texto narrativo. Um exemplo típico de texto narrativo é o conto, que apresenta um início, um desenvolvimento e um desfecho.

Exemplo: contos, romances, crônicas, anedotas.

► Descrição

O texto descritivo busca retratar com detalhes as características de pessoas, objetos, lugares ou situações, criando uma imagem mental no leitor. Na descrição, o autor utiliza muitos adjetivos e informações sensoriais para detalhar aquilo que está sendo descrito, focando em suas particularidades e atributos. Esse tipo textual é frequentemente encontrado como parte de textos narrativos, mas também pode aparecer de forma autônoma.

Exemplo: retratos, laudos técnicos, descrições de paisagens.

► Dissertação

A dissertação é um tipo textual argumentativo, no qual o autor expõe ideias, discute um tema e apresenta argumentos, com o objetivo de convencer ou informar o leitor. Esse tipo de texto costuma ser formal e estruturado, apresentando uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. No contexto educacional e acadêmico, os textos dissertativos são amplamente utilizados em ensaios, redações de vestibulares e concursos, e artigos científicos.

Exemplo: redações argumentativas, ensaios, editoriais.

► Exposição

O texto expositivo tem como objetivo principal expor, explicar ou apresentar informações e conhecimentos de forma clara e objetiva. Esse tipo textual busca esclarecer fatos ou conceitos, sem a necessidade de persuadir o leitor ou envolver juízos de valor. É frequentemente utilizado em contextos didáticos e científicos para transmitir informações de maneira acessível.

Exemplo: textos didáticos, relatórios, verbetes de enciclopédias.

► Injunção

O texto injuntivo (ou instrucional) tem como função principal orientar o leitor a realizar uma ação ou a seguir determinados procedimentos. São textos que fornecem instruções, ordens ou conselhos, utilizando verbos no imperativo ou no infinitivo para guiar o comportamento do leitor.

Exemplo: manuais de instrução, receitas, regulamentos, bulas de remédios.

► Características dos Tipos Textuais

Cada tipo textual possui características próprias, que podem ser resumidas da seguinte forma:

▪ **Narração:** foco em ações e eventos em sequência (cronológica ou não); uso de verbos no passado; presença de personagens, tempo e espaço definidos;

▪ **Descrição:** foco em características e detalhes; uso de adjetivos; apelo aos sentidos (visão, audição, olfato, tato, paladar);

AMOSTRA

- **Dissertação:** foco na argumentação e no raciocínio lógico, estrutura rígida (introdução, desenvolvimento, conclusão), uso de conectores e verbos de opinião;

- **Exposição:** foco na explicação e na apresentação de informações; tom objetivo e neutro; uso de exemplos e definições;

- **Injunção:** foco em orientar o comportamento do leitor; uso de verbos no imperativo ou no infinitivo; clareza e precisão nas instruções.

► **Combinação dos Tipos Textuais**

É importante destacar que, embora os tipos textuais sejam categorias distintas, muitos textos apresentam uma combinação de mais de um tipo. Por exemplo, um romance, que é predominantemente narrativo, pode conter trechos descritivos para retratar o ambiente e os personagens, além de momentos dissertativos para discutir ideias ou reflexões dos personagens. Essa flexibilidade dos tipos textuais contribui para a riqueza e a variedade de textos que encontramos no dia a dia.

GÊNEROS TEXTUAIS

Os gêneros textuais são as diferentes formas de organização de um texto que surgem de acordo com as necessidades e convenções sociais. Eles são determinados pelo contexto de uso, pela intenção comunicativa e pelas práticas culturais de uma sociedade.

Diferentemente dos tipos textuais, que são formas mais rígidas e estruturais, os gêneros textuais são dinâmicos, adaptando-se às situações comunicativas e aos meios em que circulam, como o jornal, a internet, ou o ambiente acadêmico.

Os gêneros textuais são numerosos e variam conforme a evolução das formas de comunicação, mas podem ser organizados em diferentes categorias, dependendo de sua função social e das características formais que apresentam.

► **Notícia**

A notícia é um gênero textual do campo jornalístico, cujo objetivo é informar o público sobre fatos recentes ou de interesse social. Esse gênero é marcado pela objetividade e imparcialidade, apresentando os acontecimentos de forma direta e sem opiniões pessoais. A notícia costuma seguir a estrutura conhecida como pirâmide invertida, onde as informações mais importantes aparecem no início do texto, enquanto os detalhes são desenvolvidos ao longo do texto.

- **Estrutura:** título, lead (introdução com as informações principais), desenvolvimento e conclusão.

- **Exemplo:** notícias publicadas em jornais, portais de internet, telejornais.

► **Carta**

A carta é um gênero textual de comunicação escrita, utilizado para estabelecer contato entre interlocutores distantes no tempo ou no espaço. Dependendo do destinatário e do objetivo, a carta pode ser formal ou informal. No caso de uma carta formal, são utilizados vocabulário e expressões mais respeitadas, enquanto a carta informal permite uma linguagem mais coloquial e próxima.

- **Estrutura:** saudação, corpo do texto e despedida.

- **Exemplo:** cartas comerciais, cartas pessoais, e-mails.

► **Artigo de Opinião**

O artigo de opinião é um texto dissertativo-argumentativo que expressa o ponto de vista do autor sobre determinado tema, geralmente um assunto de relevância atual. O objetivo é convencer o leitor por meio de argumentos bem estruturados. Embora apresente opiniões pessoais, o artigo de opinião deve ser fundamentado com dados, exemplos e argumentos lógicos.

- **Estrutura:** título, introdução (apresentação do tema), desenvolvimento (argumentação) e conclusão (fechamento com uma posição clara).

- **Exemplo:** artigos publicados em jornais, revistas e portais de internet.

► **Resenha**

A resenha é um gênero textual que visa analisar e avaliar uma obra cultural, como um livro, filme, peça de teatro, evento, entre outros. A resenha combina descrição e crítica, oferecendo um resumo da obra e, ao mesmo tempo, apresentando a opinião do autor da resenha sobre a qualidade e a relevância da obra em questão.

- **Estrutura:** identificação da obra (título, autor), resumo do conteúdo, análise crítica e conclusão.

- **Exemplo:** resenhas de livros, críticas de cinema, avaliações de produtos.

► **Crônica**

A crônica é um gênero textual que apresenta uma reflexão sobre situações cotidianas, frequentemente com um tom pessoal e subjetivo. Geralmente breve, a crônica pode ter um caráter humorístico, poético ou reflexivo, abordando temas simples, mas sempre com um olhar crítico ou irônico. É comum encontrarmos crônicas em jornais e revistas, onde são utilizadas para comentar pequenos acontecimentos do dia a dia.

- **Estrutura:** narrativa breve, com espaço para reflexões do autor sobre o tema abordado.

- **Exemplo:** crônicas jornalísticas, crônicas literárias.

► **Relatório**

O relatório é um gênero textual utilizado em contextos profissionais e acadêmicos para registrar, de maneira objetiva e detalhada, os resultados de uma investigação, experiência ou atividade. O relatório busca informar e documentar um processo, podendo incluir dados quantitativos e qualitativos, tabelas, gráficos e conclusões baseadas nas evidências apresentadas.

- **Estrutura:** introdução, desenvolvimento (metodologia, descrição dos dados) e conclusão.

- **Exemplo:** relatórios empresariais, relatórios de pesquisa, relatórios técnicos.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

CONJUNTOS E SUAS OPERAÇÕES, DIAGRAMAS

TEORIA DOS CONJUNTOS

Um conjunto é uma coleção de objetos, chamados elementos, que possuem uma propriedade comum ou que satisfazem determinada condição.

► Representação de um conjunto

Podemos representar um conjunto de várias maneiras. Indicamos os conjuntos utilizando as letras maiúsculas e os elementos destes conjuntos por letras minúsculas. Vejamos as principais formas de representação:

- Os elementos do conjunto são colocados entre chaves separados por vírgula, ou ponto e vírgula.

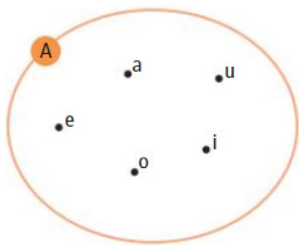
$$A = \{a, e, i, o, u\}$$

- Os elementos do conjunto são representados por uma ou mais propriedades que os caracterize.

$$A = \{x \mid x \text{ é vogal do nosso alfabeto}\}$$

Este símbolo significa tal que.

- Os elementos do conjunto são representados por meio de um esquema denominado diagrama de Venn.



► Relação de pertinência

Usamos os símbolos \in (pertence) e \notin (não pertence) para relacionar se um elemento faz parte ou não do conjunto.

► Tipos de Conjuntos

- Conjunto Universo:** reunião de todos os conjuntos que estamos trabalhando.
- Conjunto Vazio:** é aquele que não possui elementos. Representa-se por \emptyset ou, simplesmente $\{ \}$.
- Conjunto Unitário:** possui apenas um único elemento.

- Conjunto Finito:** quando podemos enumerar todos os seus elementos.

- Conjunto Infinito:** contrário do finito.

► Relação de inclusão

É usada para estabelecer relação entre conjuntos com conjuntos, verificando se um conjunto é subconjunto ou não de outro conjunto. Usamos os seguintes símbolos de inclusão:

\subset	está contido
\supset	contém
$\not\subset$	não está contido
$\not\supset$	não contém

► Igualdade de conjuntos

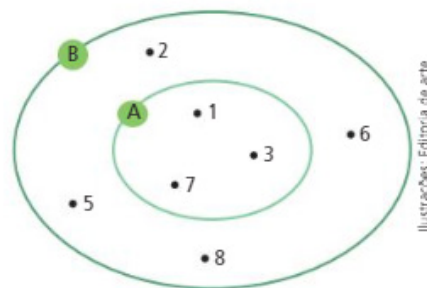
- Dois conjuntos a e b são iguais, indicamos $a = b$, quando possuem os mesmos elementos.

- Dois conjuntos a e b são diferentes, indicamos por $a \neq b$, se pelo menos um dos elementos de um dos conjuntos não pertence ao outro.

► Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A são também elementos de um outro conjunto B , dizemos que A é subconjunto de B .

Exemplo: $A = \{1,3,7\}$ e $B = \{1,2,3,5,6,7,8\}$.



Ilustrações: Editora de arte

Os elementos do conjunto A estão contidos no conjunto B .

Atenção:

- Todo conjunto A é subconjunto dele próprio;
- O conjunto vazio, por convenção, é subconjunto de qualquer conjunto;
- O conjunto das partes é o conjunto formado por todos os subconjuntos de A .

AMOSTRA

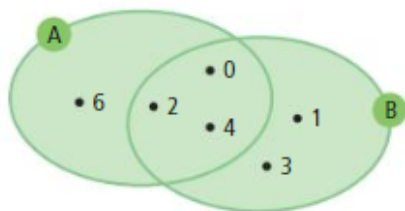
▪ O número de seu subconjunto é dado por: 2^n ; onde n é o número de elementos desse conjunto.

► Operações com Conjuntos

Tomando os conjuntos: $A = \{0,2,4,6\}$ e $B = \{0,1,2,3,4\}$, como exemplo, vejamos:

União de conjuntos

É o conjunto formado por todos os elementos que pertencem a A ou a B . Representa-se por $A \cup B$. Simbolicamente: $A \cup B = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$. Exemplo:



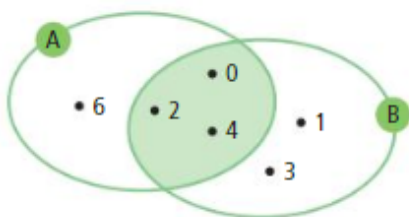
A parte pintada dos conjuntos indica $A \cup B$.

$$A \cup B = \{0, 1, 2, 3, 4, 6\}$$

Lê-se: A união B ou A reunião B .

Intersecção de conjuntos

É o conjunto formado por todos os elementos que pertencem, simultaneamente, a A e a B . Representa-se por $A \cap B$. Simbolicamente: $A \cap B = \{x \mid x \in A \text{ e } x \in B\}$



A parte pintada dos conjuntos indica $A \cap B$.

$$A \cap B = \{0, 2, 4\}$$

Lê-se: A intersecção B .

Observação: Se $A \cap B = \emptyset$, dizemos que A e B são conjuntos disjuntos.

Propriedades da união e intersecção

▪ Propriedade comutativa

$$A \cup B = B \cup A \text{ (comutativa da união)}$$

$$A \cap B = B \cap A \text{ (comutativa da intersecção)}$$

▪ Propriedade associativa

$$(A \cup B) \cup C = A \cup (B \cup C) \text{ (associativa da união)}$$

$$(A \cap B) \cap C = A \cap (B \cap C) \text{ (associativa da intersecção)}$$

▪ Propriedade associativa

$$A \cap (B \cup C) = (A \cap B) \cup (A \cap C) \text{ (distributiva da intersecção em relação à união)}$$

$$A \cup (B \cap C) = (A \cup B) \cap (A \cup C) \text{ (distributiva da união em relação à intersecção)}$$

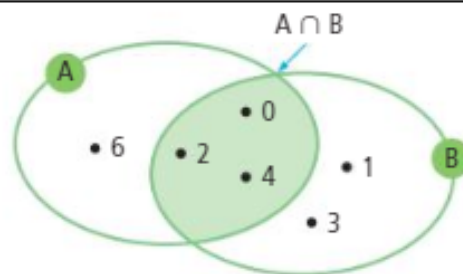
▪ Propriedade essencial

$$\text{Se } A \subset B, \text{ então } A \cup B = B \text{ e } A \cap B = A, \text{ então } A \subset B$$

Número de Elementos da União e da Intersecção de Conjuntos

É dado pela fórmula abaixo:

$$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$



$$n(A \cup B) = 4 + 5 - 3 \Rightarrow n(A \cup B) = 6$$

Exemplo: (FCC)

Dos 43 vereadores de uma cidade, 13 dele não se inscreveram nas comissões de Educação, Saúde e Saneamento Básico. Sete dos vereadores se inscreveram nas três comissões citadas. Doze deles se inscreveram apenas nas comissões de Educação e Saúde e oito deles se inscreveram apenas nas comissões de Saúde e Saneamento Básico. Nenhum dos vereadores se inscreveu em apenas uma dessas comissões. O número de vereadores inscritos na comissão de Saneamento Básico é igual a

- (A) 15.
- (B) 21.
- (C) 18.
- (D) 27.
- (E) 16.

Resolução:

De acordo com os dados temos:

7 vereadores se inscreveram nas 3.

APENAS 12 se inscreveram em educação e saúde (o 12 não deve ser tirado de 7 como costuma fazer nos conjuntos, pois ele já desconsidera os que se inscreveram nos três)

APENAS 8 se inscreveram em saúde e saneamento básico.

São 30 vereadores que se inscreveram nessas 3 comissões, pois 13 dos 43 não se inscreveram.

$$\text{Portanto, } 30 - 7 - 12 - 8 = 3$$

Se inscreveram em educação e saneamento 3 vereadores.

LEGISLAÇÃO E CÓDIGO DE ÉTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI ORGÂNICA DO MPES - LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 95/1997 (TÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS; CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 28 DE JANEIRO DE 1997

Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Lei Orgânica do Ministério Público Estadual.

(Vide Lei Complementar nº 916, de 30 de julho de 2019, que extingue 65 cargos)

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Faça saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Parágrafo único. São princípios institucionais do Ministério Público: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 2º Ao Ministério Público é assegurada, na forma dos artigos 127 da Constituição Federal e 3º da Lei Federal nº 8.625/93, autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe especialmente:

- I - praticar atos próprios de gestão;
- II - decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, e das carreiras do Ministério Público e área administrativa, organizadas em quadros próprios;
- III - elaborar as folhas de pagamento do pessoal ativo, inativo e de seus servidores administrativos;
- IV - adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização;
- V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos das carreiras, bem como, a fixação, a revisão, o reajuste e a recomposição dos vencimentos dos seus membros e dos seus servidores;

VI - prover, em caráter originário ou mediante promoção e demais formas de provimento derivado, os cargos referidos no inciso anterior;

VII - editar atos de nomeação, exoneração, demissão, disponibilidade, afastamento, promoção, remoção, penalidade administrativa, férias, licença, aposentadoria e todos os demais necessários à atividade institucional e previstos em lei;

VIII - organizar suas secretarias e os serviços auxiliares dos órgãos de administração e execução;

IX - compor os seus órgãos de administração;

X - elaborar seus Regimentos Internos;

XI - exercer outras competências da espécie decorrentes.

(Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 1º As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional dos Poderes Judiciário e Legislativo. (Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 2º A autonomia financeira compreende a competência exclusiva para a elaboração de seu orçamento, detalhamento das despesas e participação no total da previsão orçamentária do Estado. (Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97) (Dispositivo declarado inconstitucional pela ADI nº 1757. Transitada em julgado em 19.10.2018)

§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária juntamente com os Poderes do Estado, dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a por intermédio do Procurador-Geral de Justiça, diretamente ao Governador do Estado para inclusão do projeto de lei orçamentária a ser submetido ao Poder Legislativo. (Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 4º Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão postos à disposição em duodécimos, até o dia vinte de cada mês, sem vinculação a qualquer tipo de despesa, em cotas estabelecidas na programação financeira. (Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 5º Os recursos próprios, não originários do Tesouro Estadual, provenientes de convênios, acordos, realização de concurso de ingresso nas carreiras, participação em fundo instituído por lei, cursos e publicações, serão utilizados em programas vinculados aos fins da Instituição, vedada outra destinação. (Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 6º A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno. (Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

AMOSTRA

§ 7º O controle interno, mencionado no § 6º, é exercido pela Assessoria de Auditoria Interna e Controle, conforme disposto em ato do Procurador-Geral de Justiça. (Redação dada pela Lei Complementar nº 916, de 30 de julho de 2019)

§ 8º As contas do Ministério Público serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 3º O Ministério Público compreende:

- I - os órgãos de Administração Superior;
- II - os órgãos de Administração;
- III - os órgãos de Execução;
- IV - os órgãos Auxiliares;

SEÇÃO I DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Art. 4º São órgãos de Administração Superior do Ministério Público:

- I - a Procuradoria-Geral de Justiça;
- II - as Subprocuradorias Gerais de Justiça; (Redação dada pela Lei Complementar nº 565, de 21 de julho de 2010).
- III - o Colégio de Procuradores de Justiça;
- IV - o Conselho Superior do Ministério Público;
- V - a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

SEÇÃO II DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 5º São também órgãos de administração do Ministério Público:

- I - as Procuradorias de Justiça;
- II - as Promotorias de Justiça;
- III - Ouvidoria do Ministério Público. (Dispositivo incluído pela Lei Complementar nº 1.047, de 27 de junho de 2023)

SEÇÃO III DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Art. 6º São órgãos de execução do Ministério Público:

- I - o Procurador-Geral de Justiça;
- II - os Subprocuradores Gerais de Justiça; (Redação dada pela Lei Complementar nº 565, de 21 de julho de 2010).
- III - o Conselho Superior do Ministério Público;
- IV - os Procuradores de Justiça;
- V - os Promotores de Justiça.

SEÇÃO IV DOS ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 7º São órgãos Auxiliares do Ministério Público, além de outros:

- I - Órgãos de Execução Administrativa;
- II - Órgãos de Assessoramento;
- III - Órgãos de Apoio Administrativo.
- (...)

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO DE 1989 (TÍTULO I - DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E SEU TERRITÓRIO; TÍTULO II - DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS; CAPÍTULO IV - DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA, SEÇÃO I - DO MINISTÉRIO PÚBLICO)

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 05 DE OUTUBRO DE 1989.

Nós, os representantes do povo espírito-santense, reunido sob a proteção de DEUS, em Assembléia Estadual Constituinte, por força do Art.11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, baseados nos princípios nela contidos, promulgamos a Constituição Estadual, assegurando o bem-estar de todo cidadão mediante a participação do povo no processo político, econômico e social do Estado, repudiando, assim, toda a forma autoritária de governo.

TÍTULO I DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E SEU TERRITÓRIO

Art. 1º O Estado do Espírito Santo e seus Municípios integram a República Federativa do Brasil e adotam os princípios fundamentais da Constituição Federal. Parágrafo único - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal e desta Constituição.

Art. 2º O Território do Estado, constituído por Municípios, tem os limites que lhe são assegurados pela tradição, documentos históricos, leis e julgados, não podendo ser alterado senão nos casos previstos na Constituição Federal. Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 01 de dezembro de 1998.

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO ÚNICO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO ÚNICO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 3º Estado assegurará, pela lei e demais atos de seus órgãos e agentes, a imediata e plena efetividade dos direitos e garantias individuais e coletivos mencionados na Constituição Federal e dela decorrentes, além dos constantes nos tratados internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte.

Parágrafo único - O Estado e os Municípios estabelecerão, por lei, sanções de natureza administrativa, econômica e financeira a quem incorrer em qualquer tipo de discriminação, independentemente das sanções criminais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

A formação histórica do Serviço Social está diretamente ligada às transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram o mundo a partir do final do século XIX.

A profissão surge como uma resposta institucionalizada às expressões da questão social, sendo profundamente influenciada pelas contradições do capitalismo e pela forma como diferentes sociedades buscaram gerir os impactos da desigualdade, da pobreza e da exclusão.

► As raízes do Serviço Social na Europa

O Serviço Social tem suas primeiras manifestações na Europa, em um contexto de intensas mudanças trazidas pela Revolução Industrial. O avanço da industrialização gerou uma crescente urbanização e um aumento significativo da pobreza urbana. As condições de vida e trabalho da classe operária eram precárias, e isso mobilizou setores da Igreja e da burguesia a atuarem em ações de caridade e filantropia, com o objetivo de mitigar os efeitos mais visíveis da desigualdade.

Nessa fase inicial, a atuação estava fortemente ligada à moral religiosa. A ajuda ao próximo era vista como um dever cristão, e o foco estava na “reabilitação moral” dos pobres. Essas ações foram fundamentais para o surgimento das primeiras instituições de assistência e posteriormente das primeiras escolas de Serviço Social, como forma de profissionalizar o atendimento às populações em situação de vulnerabilidade.

► O Serviço Social nos Estados Unidos: o movimento do Serviço Social de caso

Nos Estados Unidos, o Serviço Social desenvolveu-se com um enfoque mais técnico e científico a partir do final do século XIX. Dois movimentos principais marcaram esse período:

- O Charity Organization Society (COS): atuava com visitas domiciliares e buscava investigar as causas da pobreza individual, com foco na mudança de comportamento dos atendidos. Influenciado pelo pensamento liberal, via a pobreza como resultado de falhas morais e individuais.
- O Settlement Movement: estabelecia centros comunitários nos bairros operários, buscando compreender e intervir nas condições de vida da população. Foi um movimento mais voltado à transformação das estruturas sociais e ao envolvimento direto com a realidade das classes populares.

Esses dois movimentos deram origem a diferentes abordagens dentro do Serviço Social, estabelecendo uma tensão entre uma visão mais assistencialista e outra mais crítica e transformadora.

► A chegada do Serviço Social na América Latina

Na América Latina, e em especial no Brasil, o Serviço Social surge na década de 1930, também vinculado a um contexto de profundas transformações sociais. A urbanização acelerada, a industrialização incipiente e as lutas sociais marcaram esse período. A profissão foi inicialmente vinculada à Igreja Católica e ao Estado, com forte influência do pensamento conservador europeu.

As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil foram criadas por iniciativa da Igreja, com o objetivo de formar profissionais capazes de “pacificar” as tensões sociais por meio de uma atuação moralizante. Nesse momento, o Serviço Social ainda não era uma profissão crítica, mas sim uma prática voltada à manutenção da ordem social.

► A consolidação da profissão no Brasil

Ao longo das décadas de 1940 a 1960, o Serviço Social no Brasil passou por um processo de institucionalização e expansão, com a criação de cursos universitários, conselhos profissionais e regulamentação da profissão. No entanto, o conteúdo formativo ainda era fortemente marcado por princípios religiosos e técnicas voltadas à adaptação dos indivíduos às normas sociais.

Foi somente a partir do final da década de 1960 e, especialmente, nas décadas de 1970 e 1980, que a profissão passou por um processo de renovação crítica. Movimentos sociais, influências marxistas e o contexto de redemocratização do país impulsionaram uma transformação profunda na forma de entender a prática profissional.

O Serviço Social passou a se posicionar de forma mais clara como uma profissão comprometida com os interesses da classe trabalhadora e com a transformação social.

Principais marcos históricos no Brasil:

- 1936: criação da primeira escola de Serviço Social, em São Paulo
- 1957: fundação do Conselho Federal de Assistentes Sociais
- 1966: regulamentação da profissão com a Lei 3.252
- 1979: movimento de reconceituação do Serviço Social, com ruptura com os fundamentos conservadores
- 1993: promulgação do novo Código de Ética Profissional, com ênfase nos direitos humanos e na justiça social

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social, como profissão inserida nas relações sociais, possui fundamentos teóricos que sustentam e orientam sua prática. Esses fundamentos são construídos historicamente, dialogam com diversas áreas do conhecimento e expressam as opções ético-políticas da profissão.

AMOSTRA

Compreender os fundamentos teóricos do Serviço Social significa compreender os alicerces que organizam sua atuação profissional, sua leitura da realidade e sua forma de intervir nas expressões da questão social.

► A teoria social como base para a intervenção

Desde sua origem, o Serviço Social se apoiou em conhecimentos das ciências humanas e sociais para compreender as situações concretas de vida dos sujeitos. A profissão não se desenvolve a partir de um conhecimento próprio e isolado, mas sim de uma apropriação crítica de diversas teorias que explicam a sociedade, suas contradições, seus conflitos e suas desigualdades.

Nesse sentido, a teoria social crítica — com destaque para a tradição marxista — torna-se uma referência central a partir do processo de renovação da profissão nas décadas de 1970 e 1980. Essa perspectiva contribui para uma análise estrutural da realidade social, superando explicações baseadas apenas em aspectos individuais, morais ou religiosos.

A perspectiva marxista no Serviço Social:

A adoção do materialismo histórico e dialético como referencial teórico é um dos principais marcos do Serviço Social contemporâneo. Essa perspectiva permite ao profissional compreender que:

- A sociedade é constituída por relações de produção baseadas na exploração de classes sociais;
- A desigualdade social não é natural, mas fruto de um processo histórico de dominação;
- A questão social é inerente ao modo de produção capitalista e se expressa em múltiplas formas: pobreza, desemprego, violência, racismo, desigualdade de gênero, entre outras;
- A intervenção do assistente social deve considerar as mediações entre o indivíduo e a totalidade social.

Ao adotar essa perspectiva, o Serviço Social se distancia de práticas assistencialistas e moralizantes e passa a se comprometer com a emancipação humana e com a construção de uma sociedade mais justa.

Pluralidade teórica e interdisciplinaridade:

Apesar do predomínio do referencial marxista, é importante destacar que o Serviço Social não se limita a uma única teoria. A profissão reconhece a complexidade da realidade social e a necessidade de dialogar com diferentes campos do saber, como:

- Sociologia
- Economia
- Psicologia
- Antropologia
- Direito
- Filosofia
- Ciência Política

Esse diálogo permite ao assistente social construir uma compreensão ampla dos fenômenos sociais, considerando suas múltiplas determinações e dimensões. Assim, o profissional pode elaborar estratégias de intervenção mais eficazes e contextualizadas.

► Teorias sociais aplicadas à prática profissional

As teorias utilizadas no Serviço Social não têm valor apenas acadêmico ou abstrato. Elas fundamentam a prática cotidiana, orientam a leitura das demandas dos usuários e dão suporte à elaboração de propostas de intervenção. Exemplos de aplicação incluem:

- A análise das políticas públicas à luz das contradições do Estado capitalista;
- A compreensão da família como instituição historicamente construída e atravessada por relações de poder;
- A crítica às práticas punitivistas no sistema de justiça e sua relação com o controle social dos mais pobres;
- A articulação entre raça, classe e gênero como eixos de desigualdade.

► Teoria e ética: uma conexão indissociável

No Serviço Social, a teoria não está dissociada da ética. Os fundamentos teóricos da profissão sustentam um projeto ético-político comprometido com os direitos humanos, a justiça social, a equidade e a defesa intransigente dos usuários dos serviços sociais. O Código de Ética do Assistente Social reafirma esse compromisso, ao colocar a liberdade como valor central da prática profissional.

Dessa forma, o uso da teoria no Serviço Social não é neutro nem tecnocrático. O conhecimento é mobilizado em favor de um projeto de sociedade que enfrente as desigualdades e promova a dignidade humana.

DIMENSÃO METODOLÓGICA NO SERVIÇO SOCIAL

A dimensão metodológica no Serviço Social representa o conjunto de procedimentos, estratégias e caminhos adotados pelo profissional para intervir nas expressões da questão social. Essa dimensão está profundamente articulada aos fundamentos teóricos e éticos da profissão, pois é a mediação prática entre o conhecimento da realidade e a ação transformadora sobre ela.

Em outras palavras, a metodologia no Serviço Social não é apenas um “fazer técnico”, mas uma prática consciente, crítica e intencional.

► Metodologia e método: distinções fundamentais

Antes de aprofundarmos o conteúdo dessa dimensão, é importante compreender a diferença entre dois termos frequentemente utilizados:

- Método: é a direção geral da ação, o caminho racional e lógico adotado para alcançar determinados objetivos. No Serviço Social, refere-se ao método crítico-dialético, que orienta a leitura da realidade a partir das contradições sociais.
- Metodologia: é o conjunto de técnicas, procedimentos e instrumentos utilizados para viabilizar a intervenção profissional, respeitando o método adotado.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

